



CONTEUDO - Freguesia

HISTORIA

O território desta freguesia parece ter sido povoado desde tempos muito remotos. É possível que por aqui tenham passado Gregos e Fenícios, estes por volta do século IX A. C. e, junto ao rio Boco, no lugar de S. Romão, terá mesmo existido um porto muito frequentado por esse mesmo povo.

Nos livros de Registo Civil, Paroquial e Fiscal, estavam incluídos nesta freguesia os lugares de Trás-da-Moita (absorvido actualmente por Santo André) e o lugar de Lagoaceiro que acabou por desaparecer após a morte de António Domingues da Quintã, o proprietário das azenhas que durante muito tempo laboraram naquele lugar.

A Toponímia, como ciência auxiliar da História, encontra aqui um largo campo de observação. Entre S. Romão e Quintã existem restos de uma ponte, denominada “ Pontes do Porto”. Próximo deste local há uma fonte a que chamam “Fonte do Rio D’ Alem”. Entre Ouca e S.Romão há um sítio chamado “ Ilhote”, onde terá existido uma ilha na qual estaria sediado um estaleiro naval romano. O lugar de Vigia, pensa-se que deve o seu nome a uma torre que defendia esta região dos ataques de pirataria, e o topónimo Sanchequias estará intimamente ligada à presença de D.Sancho I nestas paragens.

Foi D. Sancho I que outorgou foral a S.Romão , em 1190, pela mão do chanceler Julião ,colaborador enérgico do rei e orientador diplomata da política interna do País ao longo de mais de três décadas. Sede de freguesia, tornou-se matriz de outras paróquias e subsistiu através dos tempos com a sua própria individualidade, radicada na História. Em Janeiro de 1204, D.Sancho I entregou o senhorio da povoação a D.João Fernandes, rico-homem de grande preponderância política e social e a sua mulher Marinha Moniz e seus sucessores. Seguidamente a posse passou para o seu filho D. Fernando Anes, o qual viria a doar as terras de S. Romão, com seus vastos termos novos e velhos à ermida de Santa Maria de Vagos.

Nogueira Gonçalves no “Inventário Artístico de Portugal – Aveiro Sul”, refere-se tanto a S. Romão como a Santo André, isto ao tempo em que a freguesia era meramente eclesiástica.

Sobre a igreja de dedicada a Santo André, diz que “se levanta isolado o pequeno templo, voltado a poente, em montículo definido por breve córrego que desagua na ribeira do Boco. Obra corrente, muitas vezes renovada, de torrezita à direita, lado a que se lhe encosta o cemitério. A escultura do padroeiro, de calcário, data do século XV final”. Actualmente e desde 1983, a freguesia possui uma artística e moderna igreja, digna de ser visitada.

A voz do povo, transmitida através das gerações, diz também, que na freguesia existiu uma ermida dedicada a Santo André, que terá sido um hospício dos Templários. Sobre isto, já em 1890 dizia o Abade de Miragaia que “não há, porém, o mínimo vestígio deste hospício, se é que ele existiu”.

A história de Santo André revê-se na própria história do antiquíssimo lugar de S. Romão.

A aldeia de S. Romão fica ao sul da vila de Vagos, a cerca de 5km de distância desta.

Actual lugar da freguesia de Santo André, ostenta os vínculos ancestrais que o relacionam com os princípios da nacionalidade e, provavelmente, com povos mais antigos que por aqui passaram e se fixaram.

Os primeiros povoadores de S. Romão, tal como das outras povoações ao longo do estuário do Rio Vouga, e nesta zona do Rio Boco, vieram do interior

Da península e aqui se fixaram.

Devido à sua posição estratégica, à beira do estuário muito largo e profundo, era um local muito procurado pelos navegadores de então para aqui fazerem as suas transacções comerciais.

Diz Pinho Leal, que

S. Romão já existia no tempo do Conde D. Henrique, pai de D. Afonso Henriques. Diz o mesmo autor que D. Sancho II lhe deu foral em 1190, quando fez dela doação e seu couto a D. João Fernandes, cujo filho, D. Fernando João, o cedeu, por sua vez ao Santuário de Nossa Senhora de vagos, como consta do Santuário Mariano e do Inventário dos bens dos frades do Mosteiro de S. Salvador de Grijó.

Quando D.Sancho I fundou o Santuário de Nossa Senhora de Vagos, em 1204, dotou-o com determinadas rendas e fez de tudo doação aos frades de Grijó. Ou seja, estes frades já eram administradores e usufrutuários dos bens da Senhora de Vagos anteriormente à doação de D. Fernando João, motivo este porque eles passaram a ser os usufrutuários do couto de S. Romão.

De acordo com a “ Corografia” do Padre Carvalho, o couto de S. Romão constava de dez casais, três quintas e de tudo o mais que se achava dentro da sua demarcação que era, salvo qualquer omissão, uma circunscrição onde estavam incluídos os lugares da

Quintã, Cabecinhas, Parada de Cima, Ervedal, Traz da Moita, Vergas, Ponte de Vagos, Cabecinhas e também S. Romão e S. André. A origem do couto de S. Romão é duvidosa, dado que não existem documentos “ dignos de fé “ que apurem a verdade dos factos. Contudo, a “ tradição tem conservado para os lados de S. André, e por uma forma perfeitamente bastante nítida, em campos hoje cultivados, os locais denominados, o mosteiro, o cabeço da crus, o campo d’Almedina e rego do sino.

Ora Almedina é uma palavra árabe que significa cidade. Daqui se conclui que, a acreditar no que nos é transmitido pela tradição, junto ao tal mosteiro existia alguma população importante, mas com o decorrer dos tempos desapareceu.

Diz-se que o tal mosteiro fôra dos templários.

A ordem dos templários, criada em Jerusalém em 1118, foi introduzida em Portugal em 1125 e em 1126 tinha já em sua posse várias terras e castelos dados por D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques.

Sobre este tema, diz João Graça “Ora a acreditarmos Pinho Leal, a povoação de S. Romão já era conhecida no tempo de D. Henrique, e por isso era possível, que os templários lá fossem estabelecer um mosteiro. Todavia não me parece que eles lá fossem estabelecer esse mosteiro para daí a 65 anos abandonarem tudo, que por certo deveria construir o património, que com o nome de couto de S. Romão, foi doado D. João Fernandes.

E depois, como é sabido, a Ordem dos Templários foi extinta, ou antes transformada na ordem de Cristo, de D. Dinis, e os seus bens incorporados nesta mesma Ordem de Cristo.

Todavia, eu não procuro negar a existência de qualquer mosteiro nas proximidades de S. Romão, porque a tradição, que tem conservado até nós essa notícia, decerto que algum fundamento havia de Ter”.

Diz a tradição que S. Romão funcionou como Celeiro da região. Como prova, existe ainda a casa onde se recolhiam os produtos agrícolas.

Junto do adro da capela dedicada a São Romão, existe também uma casa em ruínas, considerada das mais antigas do País, encimada por um brasão de rara beleza. O rés-do-chão desta casa chegou a funcionar como cadeia, onde eram provisoriamente presos os indivíduos que provocavam distúrbios na região.

Ainda de acordo com Nogueira Gonçalves, esta casa “conserva, no topo, duas janelas de vão e de pano de peito rectangulares e, intermedicamente, um escudo de armas do final do século XVIII, tudo em pedra ançanense”.

O couto de S. Romão foi extinto como todos os outros pela lei de 19 de Julho de 1790, tendo anteriormente perdido todos os privilégios pela lei de 10 de Janeiro de 1692.

Sobre a existência física do Foral de S. Romão, foram feitas algumas pesquisas na Torre do Tombo, mas sem êxito, dado que não foi encontrado. Em contrapartida foi encontrado o original de várias doações, entre elas, a de D. Sancho I a D. João Fernandes e sua mulher D. Marinha, da vila de S. Romão de Vagos, à ermida de Nossa Senhora de Vagos.

Em resumo, do que aqui foi exposto concluímos que S. Romão é povoação muito antiga, bem como o seu couto, que este couto foi doado por D. Fernando João à ermida da Senhora de Vagos, tendo sido antes doado por D. Sancho I ao pai deste, D. João Fernandes e que as rendas deste couto foram usufruídas pelos fades do mosteiro de S. Salvador de Grijó, até 1834, por serem os usufrutuários das rendas de Nossa Senhora de Vagos.

FORAL

Ao falar-se Santo André de Vagos, forçosamente, temos que fazer uma referência ao lugar que desde a sua construção os acarinhou com desvelo e carinho – SÃO ROMÃO. São Romão é um antigo lugar que dista da Vila de Vagos cerca de seis quilómetros. Faz parte de uma freguesia que dá pelo nome de Santo André de Vagos, a quem D. João Evangelista de Lima Vidal deu autonomia religiosa em 29 de Junho de 1956. Também a Administração Local e Central lhe deu autonomia administrativa em 4 de Outubro de 1985. O lugar de São Romão é o mais antigo da freguesia, bem como o seu couto, sendo que este couto foi doado por D. Fernando João à ermida da Senhora de Vagos, tendo sido antes doado por D. Sancho I ao pai deste, D. João Fernandes e que as rendas deste couto foram usufruídas pelos fades do mosteiro de S. Salvador de Grijó, até 1834, por serem os usufrutuários das rendas de Nossa Senhora de Vagos.

A sua formação é anterior à nossa nacionalidade. D. Sancho I deu-lhe Foral em 1190, tal a importância na altura, que gozava o lugar de S. Romão.

CRIAÇÃO DA FREGUESIA

Esta freguesia só em 4 de Outubro de 1985, através do projecto de Lei 61/II , obteve a sua autonomia administrativa. Porém, em termos eclesiásticos, esse desiderato foi conseguido a 29 de Junho de 1956, quando D. João Evangelista de Lima Vidal, bispo de Aveiro, atento ao desenvolvimento e aumento populacional da zona, instituiu a paróquia de Santo André de Vagos. Na altura, foi nomeado pelo seu pároco o Padre Manuel de Oliveira Júnior.

Projecto de Lei 11/III

Criação das freguesias de Santo António de Vagos e de Santo André de Vagos no concelho de Vagos. [não disponível]

Autoria

Girão Pereira (CDS) , Horácio Marçal (CDS) CDS

1983-06-08 | Anúncio

1983-06-09 | Publicação

[DAR II série Nº.2/III/1 1983.06.09]

1983-06-08 | Baixa comissão distribuição inicial generalidade

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA E PODER LOCAL

Data do Relatório: 1985.06.26

Relatores:

Manuel Moreira (PSD)

Data de nomeação: 1983.06.08

[DAR II série Nº.104/III/2 1985.06.26]

1985-07-09 | Votação na generalidade

[DAR I série Nº.105/III/2 1985.07.10]

Votação na Reunião Plenária nº. 105

Aprovado

Abstenção: UEDS

A Favor: ASDI, CDS, MDPCDE, PCP, PS, PSD

1985-07-09 | Votação na especialidade

[DAR I série Nº.105/III/2 1985.07.10]

Votação na Reunião Plenária nº. 105

Aprovado

Abstenção: UEDS

A Favor: ASDI, CDS, MDPCDE, PCP, PS, PSD

1985-07-09 | Votação final global

[DAR I série Nº.105/III/2 1985.07.10]

Votação na Reunião Plenária nº. 105

Aprovado

Abstenção: UEDS

A Favor: ASDI, CDS, MDPCDE, PCP, PS, PSD

1985-08-28 | Decreto (Publicação)

Decreto da Assembleia 200/III

Título: *

[DAR II série Nº.121/III/2 1985.08.28]

1985-08-22 | Envio para promulgação

1985-09-02 | Promulgação

1985-09-04 | Referenda

1985-09-16 | Envio INCM

1985-10-04 | Lei (Publicação DR)

Lei 78/1985

1985-10-04 | Lei (Publicação DR)

Lei 79/1985

Título: Criação da freguesia de Santo André de Vagos no concelho de Vagos.

[DR I série Nº.229/III/2 - Suplemento 1985.10.04]

Propostas de Alteração

[DAR II série Nº.86/III/2 1985.05.10]

HABITAÇÃO TRADICIONAL

O modelo da casa gandraesa levou cinco séculos a amadurecer e a apurar-se, sem interferências de outras culturas que o descaracterizassem, salvo as influências de tradição mourisca e a incorporação de elementos renascentistas, que lhe acrescentou encanto e elegância. Deixando adivinhar a vida sóbria e serena do campo é ela fruto duma sólida sabedoria, conformada em sucessivas gerações, e duma relação harmónica e feliz com a paisagem e os elementos.

A casa gandraesa encontra remota filiação na casa árabe ou mourisca. À arquitectura do granito, que se desenvolve em altura, o sul

contrapõe um espaço térreo, organizado em planta centrada, aberto para o interior, recorrendo a alvenarias de terra crua e cozida. É portanto uma casa-pátio, de nítida filiação árabe, cujos materiais originários seriam o adobe, a telha caleira e a madeira de pinho. Parece haver, no entanto, no pátio gandarês, um remoto eco dos espaços interiores romanos, sobretudo da casa rural romana, e que se viram revividos nos claustros românicos de grande número de conventos.

Revitalizar a construção em adobe, ou pelo menos em técnica mista de adobe e cimento, este nos pilares e vigas, traria não apenas o usufruto de espaços mais agradáveis mas também a vantagem económica do menor custo dos materiais utilizados.

A casa integra-se na paisagem e quase se funde com ela. Daí que passe muito despercebida. A casa é como quem a habita: humilde, serena, integrada, funcional e feliz.

A construção em adobe, de tradição ancestral, produziu em si, em termos sociológicos, uma contradição aparentemente insanável. Se os nossos antepassados apreciavam a construção em terra pelo seu carácter confortável e quente, maternal e protector, puro e consonante com a terra a que se sentiam ligados, mais recentemente, as gentes, sobretudo as mais desprotegidas, sentem-se nela presas e envergonhadas, como num arcaísmo que se lhes afigura obstáculo às aspirações sociais de consumo, ostentação e afirmação, em subserviência às imagens materiais do progresso moderno.

Um olhar mais atento para com este fascinante modo de habitar revela-nos um tesouro que se vai desvendando, mas que se sabe fugaz, pois, qual espécie em vias de extinção, dentro de anos não restará de pé um único exemplar, redundando em perda de memória e dum património colectivo que, pese embora a sua despojada aparência, guarda uma enorme riqueza que se vai dissipando.

Esperamos pois que, através dum empenhamento colectivo e convergente, se possam vir a preservar pelo menos os exemplares mais significativos dessa arquitectura tão serena, que transporta em si uma beleza intensamente discreta, e que, tal como a vida, é efémera e ternamente frágil.

Por Paulo Frade